

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE UBERABA - MG**

Distribuição por dependência aos autos de nº 5019465-98.2023.8.13.0701

**Referências: Inquérito Civil Público MPe nº 04.16.0701.0022010/2023-56 (desmembrado
do ICP de nº 0701.21.000325-0)**

Procedimento Investigatório Criminal nº 0701.21.000235-1

O **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, pelo Promotor de Justiça signatário, no uso das atribuições legais, com fundamento no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República e nas Leis nºs 7.347/1985 e 8.429/1992, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no inquérito civil público registrado sob o nº MPe 04.16.0701.0022010/2023-56, propor a presente ação de improbidade administrativa em desfavor de:

- | |
|--|
| <p>1 – Luiz Carlos Fernandes Saad, brasileiro, casado, CPF 517.451.946-49, engenheiro civil e agropecuarista, residente na Rua Cazuza, nº 126, Bairro Boa Vista, Uberaba/MG;</p> <p>2 – Sebastião Lourenço Martins, brasileiro, casado, CPF 516.142.946-15, funcionário público, residente na Rua Ponta Grossa, nº 589, Bairro Valim de Melo 3, nesta cidade de Uberaba/MG.</p> <p>3 – Edvaldo Evangelista Ribeiro, brasileiro, casado, CPF 260.033.846-20, aposentado, residente na Rua São Luiz Gonzaga, nº 108, Bairro Parque São Geraldo, cidade de Uberaba/MG.</p> |
|--|

pelos motivos de fato e direito abaixo delineados:

I – Contextualização fática

Constam das peças anexas, extraídas do bojo dos autos do **Inquérito Civil Público nº MPe 04.16.0701.0022010/2023-56 (fruto de desmembramento do ICP de nº 0701.21.000325-0) e do Procedimento Investigatório Criminal nº 0701.21.000235-1**, que os requeridos, **Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro**, todos em unidade de desígnios, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, no exercício das funções dos cargos públicos que ocupavam junto à Prefeitura Municipal de Uberaba, praticaram atos de improbidade administrativa, concorrendo dolosamente, para que (i) pessoas físicas (produtores rurais) utilizassem de bens (maquinário agrícola) do acervo patrimonial do município de Uberaba, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (ii) se dispensasse indevidamente processos licitatórios; (iii) fossem ordenadas ou se permitisse a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; (iv) se agisse ilicitamente na arrecadação de rendas e (v) se influísse para a aplicação irregular de verbas públicas, gerando dano ao erário do Município de Uberaba (art. 10, incisos II, VIII, IX, X e XI, da Lei nº 8.429/92).

O inquérito civil público foi instaurado com o propósito, em suma, de investigar o possível uso indevido, por servidores públicos municipais uberabenses, de maquinários agrícolas da Prefeitura Municipal de Uberaba.

Paralelamente, também foi instaurado o Procedimento de Investigação Criminal MPMG nº 0701.21.000.235-1, já finalizado e com denúncia criminal oferecida pelo MPMG (autos de nº 5014030-46.2023.8.13.0701 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba).

Com o inestimável apoio da Regional do GAECO em Uberaba, também foram realizadas interceptações telefônicas, além de buscas e apreensão, após a obtenção de autorizações judiciais conferidas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba.

Consta dos mencionados autos, inclusive dos pedidos de interceptação telefônica e de busca e apreensão apensos (nº 0701.21.006.196-9 – 2ª VC), que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Uberaba (15ª PJ) iniciou investigação visando apurar denúncia de possível envolvimento de agentes públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal do Agronegócio de Uberaba, com a prática de desvios de recursos públicos.

Segundo apurado, a Secretaria Municipal do Agronegócio de Uberaba dispõe de maquinário agrícola que se destina ao atendimento de pequenos proprietários rurais do município, sendo fixado pelo poder público municipal a contraprestação pecuniária, que foi estabelecida através de preço público, a ser pago pelo particular usuário do serviço disponibilizado (produtor rural). De um modo geral, o maquinário é utilizado no preparo da terra, antecedendo o plantio.

A “denúncia” recebida pela 15ª Promotoria de Justiça deu conta de suposto desvio dos valores que eram pagos pelos produtores rurais, em razão do serviço executado com o maquinário público. Isso porque, o valor devido a título de contraprestação ao citado serviço prestado não estaria sendo depositado em favor do “Fundomaqui”, conforme determina a legislação. Em verdade, os valores estariam sendo pagos diretamente aos servidores, sem o devido controle pela administração pública.

Realizadas a interceptação telefônica e a busca apreensão, além da oitiva dos envolvidos e testemunhas, a denúncia mencionada confirmou-se, tendo sido apurado que agentes públicos da referida Secretaria Municipal, de fato, estariam recolhendo junto a produtores rurais os valores correspondentes ao uso de máquinas agrícolas da Prefeitura, em completo desacordo com a legislação.

Do que restou apurado, na gestão do então **Secretário Municipal Luiz Carlos Fernandes Saad (ora réu)**, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, os valores recolhidos dos produtores rurais não foram regularmente depositados, em sua totalidade, em

contas bancárias da administração pública municipal, **impedindo o devido controle, seja pela Câmara de Vereadores, seja pelo Tribunal de Contas do Estado, seja pela sociedade ou mesmo pelos órgãos de controle interno da Prefeitura de Uberaba.**

A estimativa do valor arrecadado junto a produtores rurais como pagamento pelo emprego de máquinas agrícolas nas propriedades rurais, tamanho o descontrole gerencial reinante naquela pasta, somente foi possível confrontando-se o consumo médio dos tratores empregados para aquele serviço com a quantidade de óleo diesel disponibilizada pela Administração Pública Municipal para tal atividade especificamente, nos respectivos períodos, promovendo-se, em seguida, a multiplicação das horas de uso permitidas com o consumo do óleo diesel disponível com o preço público correspondente aplicado aos produtores rurais. Ressalte-se que, sobre tal montante, foi, ainda, aplicado o redutor de 15% (quinze por cento), a título de gasto com o deslocamento do veículo até a propriedade rural onde prestaria o serviço.

Também foram abatidos dos valores estimados com a arrecadação, os gastos com tais maquinários que se logrou comprovar ou, pelo menos, estimar que possam ter sido empregados na manutenção dos tratores utilizados para atender produtores rurais.

Importante registrar que **não deve ser confundido** o gasto com óleo diesel para o abastecimento dos tratores empregados para atendimento dos produtores rurais em serviços executados nas propriedades rurais, com aqueles destinados ao maquinário utilizado para a manutenção de vias públicas rurais (conforme esclarecido pelo próprio município). No presente caso, para estimativa das horas de uso dos tratores em propriedade rurais, levou-se em conta a quantidade de óleo diesel disponibilizada **especificamente** para tais veículos e serviço, como informado pela própria Administração Pública Municipal de Uberaba.

Em destaque, quadro demonstrativo da estimativa de arrecadação junto aos produtores rurais e respectivos gastos que se permite admitir com ditos tratores e implementos, bem como os valores que foram possíveis de serem admitidos como revertidos

em favor do patrimônio público municipal (gestão do secretário municipal Luiz Carlos Fernandes Saad - período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020):

VALOR APURADO CONFORME RELATÓRIO

Período	Valor projetado do serviço a ser executado por hora (A)	Valores de 'Saída' do Fluxo de Caixa (Planilha levantamento "Fluxo de Caixa", demonstrada pela CPSI, acostada aos autos. (B)	Notas com prestação de serviço aprendidas em 'poder' de Sebastião Lourenço de Martins e Franklin Rodrigo Ferreira (C)	Depósitos efetuados na conta: Banco do Brasil /CEF (D)	Diferença Apurada (A-B-C-D)
Janeiro a dezembro de 2019	R\$ 351.538,73	R\$ 194.547,54	0	R\$ 350,00	R\$ 156.641,19
Janeiro a dezembro de 2020	R\$ 352.806,33	R\$ 174.806,02	0	0	R\$ 178.000,31
Soma Total	R\$ 704.345,06	R\$ 369.353,56		R\$ 350,00	R\$ 334.641,50

ATM e Juros

Período	Diferença Apurada	Percentual de 15% a ser deduzido	Valor apurado	Valor atualizado (17/05/2023)	Valor atualizado + juros (17/05/2023)
Janeiro a dezembro de 2019	R\$ 156.641,19	R\$ 23.496,18	R\$ 133.145,01	R\$ 169.852,05	R\$ 238.779,11
Janeiro a dezembro de 2020	R\$ 178.000,31	R\$ 26.700,05	R\$ 151.300,26	R\$ 183.475,71	R\$ 235.914,26
Soma Total	R\$ 334.641,50	R\$ 50.196,23	R\$ 284.445,27	R\$ 353.327,76	R\$ 474.693,37

Ressalte-se que, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, com o consumo do óleo diesel disponibilizado, permitia-se o uso dos tratores em propriedades rurais por um total de horas que, uma vez multiplicado pelos preços públicos correspondentes e vigentes na época, resultaria num total de arrecadação de R\$704.345,06.

Entretanto, apesar de toda a interpretação dada pelo Ministério Público aos elementos carreados, buscando admitir o máximo possível de comprovação de reversão dos valores arrecados em favor do erário municipal, ainda resta um montante histórico de R\$284.445,27 (duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, para os

qual não há qualquer registro na contabilidade financeira da Administração Pública Municipal, tampouco existe qualquer demonstrativo de que foram revertidos, de fato, em favor do erário municipal.

Enfim, o que se descortinou foi **um total desprezo para com as normas de finanças e contratações públicas**, inclusive suprimindo da Câmara de Vereadores e do Tribunal de Contas do Estado qualquer possibilidade de controle sobre tais arrecadações e gastos públicos, sem contar o controle da própria sociedade, que se viu à margem de qualquer possibilidade de prestação de contas a respeito.

Mais diretamente, manteve-se um verdadeiro “caixa paralelo”, à revelia de toda legislação que regula as finanças públicas.

Abre-se aqui um parêntese para se destacar que a investigação realizada pela 15ª Promotoria de Justiça também abrangeu o período de janeiro de 2021 a abril de 2022, gestão de José Geraldo Celani enquanto secretário municipal do agronegócio.

Entre janeiro de 2021 a abril de 2022, adotando-se a mesma metodologia acima especificada, haveria o resultado de arrecadação histórico de R\$183.674,65 (cento e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), com valor histórico de R\$16.795,13 (dezesseis mil, setecentos e noventa e cinco reais e treze centavos) de diferença a menor do quanto se logrou sucesso em identificar com efetivamente revertidos em favor do patrimônio público municipal.

Em relação às irregularidades ocorridas no período de janeiro de 2021 a abril de 2022, geradoras de prejuízo ao erário municipal no importe atualizado de **R\$18.072,66** (dezoito mil, setenta e dois reais e sessenta e seis centavos), houve a celebração de ANPC, inclusive com a interveniência do Município de Uberaba, por meio da Procuradora-Geral e da Controladora-Geral do Município (dita composição já foi aprovada pelo CSMP-MG e

apresentada para homologação deste juízo – feito nº 5019465-98.2023.8.13.0701, como determina a Lei nº 8.429/92 (conf).¹

Já quanto às graves irregularidades detectadas no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, geradoras de dano ao erário do Município de Uberaba no montante atualizado de **R\$ 353.327,76** (trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), não se logrou sucesso na composição com os requeridos, daí não restando outra alternativa ao *Parquet* que não seja o ajuizamento da presente ação de improbidade administrativa, em desfavor dos requeridos **Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro**, como será demonstrado à frente, mais amiúde.

II - Cargos públicos exercidos pelos requeridos, junto à Administração Pública Municipal de Uberaba, no período em que ocorreram os atos ímprobos que lhe são imputados (janeiro/2019 a dezembro/2020).

Conforme apurado, no período de 01/01/2019 a 31/12/2020 o requerido Luiz Carlos Fernandes Saad exerceu o honroso cargo público municipal de Secretário de Agronegócio. Já os requeridos Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro, servidores municipais efetivos no cargo de motorista, ao tempo dos fatos desempenhavam as funções diretor de secretaria e responsável pela manutenção dos veículos agrícolas, ambos lotados na secretaria de agronegócios, no departamento de construção e conservação de vias rurais e seção de terraplanagem e pavimentação rural, respectivamente.

Foi exatamente no exercício de tais cargos públicos, junto à Prefeitura Municipal de Uberaba, como se verá adiante, que os requeridos **concorreram dolosamente** para a concretização dos atos de improbidade administrativa objeto da presente ação.

¹ Também foi celebrado, no âmbito criminal, ANPP, já homologado pela Justiça Criminal de Uberaba.

III - Regulamentação do FUNDOMAQUI no período objeto da presente ação.

Denota-se que, o Programa de Atendimento Motomecanizado aos produtores rurais do Município de Uberaba foi instituído por força da Lei Municipal nº 10.186, de 09 de julho de 2007. Portanto, em período anterior ao objeto da presente ação.

Oportuno destacar que já no texto original daquela norma havia a disposição expressa no sentido de que, os beneficiários do uso do maquinário deveriam promover o recolhimento, aos cofres públicos, dos valores apurados a partir do número de horas/máquinas trabalhadas e extensão da área preparada, correspondente ao serviço executado na propriedade rural. *In verbis:*

Art.5º. A prestação do serviços será feita de acordo com cronograma a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Infra-estrutura e após análise de cada pedido em conformidade com as prioridades, necessidade e demandas surgidas pela classe produtora.

Parágrafo único – Deferido o pedido, será emitida uma GAM (Guia de Arrecadação Municipal) na Secretaria Municipal da Fazenda, com valor já estipulado e definido face ao número de horas/máquinas trabalhadas e extensão da área preparada, referente ao serviço a ser executado na referida propriedade.

O Fundomaqui – Fundo Municipal de Manutenção de Máquinas, foi criado por meio da Lei Municipal nº 11.590, de 19 de junho de 2013.

Já a Lei Municipal nº 11.591, também de 19 de junho de 2013, alterou o parágrafo 7º da Lei nº 10.186/2007 expressamente, que passou a ter a seguinte redação, ainda vigente na atualidade:

Art. 7º da Lei nº 10.186/2007. Em contrapartida, os valores arrecados de utilização das máquinas e equipamentos pelos benefícios devem ser revertidos ao Fundo Municipal de Manutenção de Máquinas – FUNDOMAQUI. (nova redação dada pela Lei Municipal nº 11.591/2013).

Conclui-se, daí, sem qualquer dificuldade, que, desde o advento da Lei Municipal nº 11.591, de 19 de junho de 2013, os recursos obtidos com a arrecadação de valores pagos por produtores rurais pelo serviços feitos nas propriedade rurais com tratores da Prefeitura de Uberaba, nos moldes do que dispõe a Lei Municipal nº 10.186/2007, devem ser revertidos em favor do FUNDOMAQUI.

Importante registrar que, por meio da Lei Municipal nº 12.307, de 22 de outubro de 2015, alterou-se no texto original do art. 5º da Lei Municipal nº 11.590/2013 (que criou o FUNDOMAQUI), prevendo que a gestão do citado fundo seria exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio. *In verbis*:

Art. 5º da Lei Municipal nº 11.590/2013. A gestão do Fundo é exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio, a qual, através de “Balancetes”, outros demonstrativos contábeis e do Balanço Geral no fim de cada exercício, devendo prestar contas de sua gestão à Controladoria-Geral do Município – CGM e a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN. (nova redação dada pela Lei Municipal nº 12.307, de 22 de outubro de 2015)

Os valores da hora/máquina, para estabelecimento do montante a ser pago pelo produtor rural beneficiado com o serviço do trator na propriedade rural, são definidos por Decreto Municipal, merecendo aqui referência o Decreto Municipal 3045, de 30 de janeiro de 2019, cuja regulamentação envolve o período temporal que abrange o objeto da presente ação.

IV- Desenrolar da investigação ministerial.

No caso em apreço, como já apontado, este órgão de execução do Ministério Público, promoveu duas linhas de investigação, uma de natureza civil e outra de natureza penal.

Além da oitiva dos requeridos, o Ministério Público também cuidou de ouvir diversas outras pessoas, inclusive servidores públicos da Prefeitura de Uberaba.

Destaca-se que, no âmbito da investigação criminal, **contando com autorização D. Juízo da 2ª Vara Criminal desta Comarca de Uberaba e o imprescindível apoio operacional da Regional do GAECO em Uberaba-MG,** foram realizadas interceptações telefônicas e o cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão.

No tocante à prova testemunhal produzida, dando conta da ilicitude da conduta dos requeridos e, claramente, do dolo específico de cada um, merecem destaques as seguintes declarações prestadas ao Ministério Público:

1 - Declarações de Daniela Barsanulfo D'arthagnan (gravada em áudio e vídeo):

No dia 31 de agosto de 2022 (às 10:30), em audiência realizada pela 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Uberaba, compareceu a testemunha Daniela D'arthagnan. Ela é servidora municipal e, ao tempo dos fatos, estava lotada no horto municipal. Esclareceu que, durante a gestão do secretário Luís Carlos Saad, ora réu, por ordem dos superiores hierárquicos, réus Luiz Carlos e Sebastião, a própria recebia parte dos valores pagos pelos produtores rurais, tendo informado, ainda, que, tais valores não eram depositados em conta da prefeitura e que nunca recebeu ordem para assim proceder. Ela pessoalmente entregava esses valores para o réu Edvaldo. Afirmou, outrossim, que, o então secretário municipal, ora réu Luís Carlos Saad, tinha conhecimento da tramitação informal com as verbas públicas, sendo que o próprio teria determinado tal procedimento. Referida servidora entregou à Promotoria de Justiça levantamento contábil realizado por ela, referente à movimentação financeira dos serviços executados pelas máquinas agrícolas do município, cujos valores correspondentes não foram direcionados à conta do Fundomaqui.

2 – Declarações de Natalino da Silva Ferreira (gravada em áudio e vídeo):

Em 30 de agosto de 2022, em audiência realizada pela 15ª Promotoria de Justiça, o Sr. Natalino da Silva Ferreira, servidor municipal, admitiu que era comum o pagamento pelo

serviço prestado aos produtores rurais não ser direcionado ao Fundomaqui, mas sim coletado pela servidora Daniela Barsanulfo e entregue posteriormente ao requerido Edvaldo. O servidor Natalino afirmou que o Secretário da época, ora réu Luis Carlos, tinha conhecimento dessa atividade ilícita.

3 – Declarações de Paulo Sérgio Batista (gravada em audio e vídeo):

Em 31 de agosto de 2022, em audiência realizada pela 15ª Promotoria de Justiça, o Sr. Paulo Sérgio Batista, servidor municipal, admitiu que era comum o pagamento pelo serviço prestado aos produtores rurais não ser direcionado ao Fundomaqui, mas sim coletado pela servidora Daniela (ou pelos próprios tratoristas). Referido servidor ainda informou que orientação para tal procedimento partia do Secretário Municipal da pasta, o réu Luiz Carlos Fernandes Saad.

4 – Das declarações de Mário Lúcio da Silveira (gravada em audio e vídeo):

No dia 31 de agosto de 2022, foi ouvido nesta 15ª Promotoria de Justiça, o Sr. Mario Lúcio da Silveira, servidor municipal, admitiu que era comum o recolhimento do pagamento pelo serviço prestado aos produtores rurais pela servidora Daniela, sendo que esse procedimento teria sido determinado pelo então secretário Luiz Carlos Fernandes Saad, e pelo servidor Sebastião Lourenço Martins, ambos réus.

5 – Das declarações de Sathia Silva de Almeida (gravada em audio e vídeo):

No dia 30 de agosto de 2022 (às 09:30), em audiência realizada pela 15ª Promotoria de Justiça, a testemunha Sathia, servidora municipal, ao tempo dos fatos ocupava o cargo de assessora de gabinete do então secretário, ora réu Luiz Carlos, afirmou que, ao participar de reuniões na secretaria presenciou relatos de que os recursos decorrentes do serviço executado junto aos produtores rurais com o maquinário da prefeitura eram utilizados na manutenção dos veículos sem que houvesse prestação de contas oficiais ou legais. As peças utilizadas para

o reparo dos veículos eram adquiridas diretamente nas lojas, pelos servidores, e os respectivos pagamentos feitos em dinheiro, à revelia da contabilidade municipal. Que todo mês, a servidora Daniela entregava uma cópia da prestação de contas ao então secretário da época, ao então secretário Luiz Carlos.

Afirmou que o então secretário, ora réu, Luís Carlos Saad, tinha conhecimento da dinâmica estabelecida de recebimento de valores diretamente pelos servidores da pasta do agronegócios, decorrentes dos serviços prestados aos produtores rurais e do não recolhimento aos cofres públicos. Atestou que a servidora Daniela D'arthagnan era a responsável pelas prestações de contas (informal) que eram entregues aos réus Luís Carlos Saad e Sebastião.

As peças de reposição e serviços de manutenção/conserto dos tratores e implementos agrícolas da Prefeitura eram adquiridos diretamente junto a empresas privadas, a exemplo da Minas Peças, localizada na Avenida Deputado José Marcus Cherem, n. 140, Vila São Cristóvão, CEP 38040-500, nesta cidade de Uberaba-MG

Também merece destaque o depoimento do Sr. Valdeir Felipe Vitorino, dono da empresa Recuperadora e Torneadora Deca LTDA., localizada nesta cidade de Uberaba, que prestava serviços de recuperação de peças e conserto dos tratores da Prefeitura Municipal de Uberaba. Ele esclareceu que, geralmente recebia o pagamento pelos serviços prestados aos tratores do município diretamente dos servidores municipais, porém, em algumas ocasiões, o próprio produtor rural efetuava o pagamento.

Outrossim, cumpre realçar o episódio envolvendo a execução de serviços com trator e implementos agrícolas da Prefeitura de Uberaba, relatado à 15ª Promotoria de Justiça de Uberaba, pela testemunha Alan Ventura Pfeffer. Como narrado, em contrapartida aos serviços executados na propriedade rural em que a testemunha é gerente, em meados de março de 2020, foi emitido um cheque no valor de R\$1.700,00 (mil e setecentos reais), entregue ao denunciado Edvaldo, que alegou seria empregado na aquisição de peças de reposição de trator e implementos agrícolas da Prefeitura. No entanto, como descortinado pelas investigações, como comprovação do emprego do dito valor em favor do patrimônio público, dita testemunha recebeu uma nota fiscal emitida pela empresa TS Distribuidora de

Peças Hidráulicas, no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), portanto aquém do valor de emissão daquela cédula bancária.

Os requeridos também foram ouvidos pela Promotoria de Justiça, em destaque:

1 – Das declarações de Edvaldo Evangelista Ribeiro (gravada em áudio e vídeo):

No dia 30 de agosto de 2022, em audiência ocorrida na 15ª Promotoria de Justiça, o requerido Edvaldo Evangelista Ribeiro afirmou que a rotina estabelecida à época para o recebimento dos valores pela prestação do serviço aos produtores rurais era a servidora Daniela D'arthagnan recolher o *quantum* devido ao erário municipal diretamente dos beneficiários do serviço executado. E continuou: caso ocorresse de o trator quebrar, o produtor rural diretamente comprava e repunha a peça, caso não quebrasse o pagamento era feito à servidora Daniela D'arthagnan. Sendo que todo mês ocorria a prestação de contas, afirmando que o secretário municipal, ora réu Luiz Carlos, tinha conhecimento dessa rotina que, aliás, era de conhecimento de todos da secretaria.

2 - Declarações de Sebastião Lourenço Martins (gravada em áudio e vídeo):

No dia 31 de agosto de 2022, em audiência realizada na 15ª Promotoria de Justiça, o requerido Sebastião Lourenço Martins informou que exercia o cargo de diretor na secretaria de agronegócio durante a gestão do Luiz Carlos Saad, esse também requerido. Que os produtores rurais, na maioria das vezes, pagavam as peças dos tratores de forma direta e em outras vezes pagavam diretamente ao requerido Edvaldo e/ou à servidora municipal Daniela D'arthagnan. Essa ainda tinha por atribuição fazer a prestação de contas mensal dos repasses. Admitiu, outrossim, que essa prestação de contas era informal, pois não havia entrada desses valores no balanço da Prefeitura, nem fiscalização pelo Tribunal de Contas e/ou pela Câmara de Vereadores. Afirmou, ainda, que o então secretário, ora requerido Luis Carlos Saad, tinha pleno conhecimento de que os pagamentos eram feitos de forma direta, vez que ele assinava a segunda via das notas.

Reforçando a prova testemunhal, tem-se os seguintes diálogos telefônicos interceptados pelos agentes da regional do GAECO em Uberaba, escutas realizadas após autorização judicial concedida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal desta Comarca, constante da documentação anexa.

Como se vê, no período em apreço, a gestão da SAGRI caracterizou-se pelo total desprezo para com as normas de finanças e contratações públicas, a ponto de suprimir da Câmara de Vereadores de Uberaba e do Tribunal de Contas do Estado qualquer possibilidade de controle sobre tais arrecadações e gastos públicos, sem contar o controle da própria sociedade, que se viu à margem de qualquer possibilidade de prestação de contas a respeito.

Infelizmente, a bem da verdade, o que se desvendou foi a existência de um verdadeiro “caixa paralelo”, à revelia de toda legislação que regula as finanças públicas.

Com autorização expressa do requerido Luis Carlos Saad, na época Secretário Municipal do Agronegócio de Uberaba, ao contrário de se promover o recolhimento regular dos valores devidos por produtores rurais em contrapartida aos serviços de tratores em suas propriedades rurais, estabeleceu-se que servidores públicos poderiam receber diretamente tais valores, fosse em espécie (dinheiro ou cheque), em peças mecânicas (para emprego nos maquinários), em serviços mecânicos (no maquinário) ou em óleo diesel (para abastecimento do maquinário). Também foi permitido que os recursos obtidos com os pagamentos feitos pelos produtores rurais fossem empregados no custeio de peças mecânicas e serviços de manutenção de tratores junto à oficinas locais. Tudo isso, repita-se, feito de forma absolutamente informal, **sem nenhum registro oficial** junto à contabilidade financeira da Prefeitura de Uberaba.

Por mais inusitado que possa parecer, infelizmente, realmente esse foi o cenário desvendado. Toda a legislação pertinente a compras e finanças públicas foi ignorada.

O disposto em normas como as Leis 8.666/93, 10.520/2002, 4.320/64, dentre outras, foi preterido em relação a grande parte dos recurso públicos envolvidos.

Chegou-se ao ponto de se ignorar o recolhimento regular dos valores recebidos de produtores rurais em conta bancária do Fundomaqui ou da Prefeitura de Uberaba, em total descaso aos comandos legais das compras públicas. Enfim, receitas e gastos públicos sem registro na contabilidade financeira do Município de Uberaba.

A justificativa apresentada para esse comportamento? A necessidade de superar a burocracia imposta ao Poder Público, garantindo-se, desse modo, a continuidade do serviço público prestado aos produtores rurais. **Isso mesmo, justifica-se o descumprimento da lei sob o argumento de que ela atrapalha e, daí, ignoram-se os comandos legais, sob o argumento de otimização do interesse público.**

Este órgão de execução, **com o apoio da Polícia Civil em Uberaba**, no dia 15/06/2022, dentre outras diligências, dirigiu-se aos locais onde se encontravam tratores da Prefeitura de Uberaba destinados a atender produtores rurais, sendo eles: Rua Sinhá Teodoro, Distrito de Ponte Alta; Comunidade rural de São Basílio; Comunidade rural de Santa Fé e Centro de distribuição da Prefeitura, Distrito Industrial I, **merecendo destacar o péssimo estado de conservação em que os tratores foram encontrados neste último endereço** (fls. 222/228).

Em destaque, trechos do relatório de vistoria:

LOCAL 2 – Comunidade rural São Basílio, Uberaba-MG

A vistoria iniciou-se no local às 14:30.

O local tratava-se de um lote localizado na comunidade rural São Basílio, Uberaba-MG. As coordenadas geográficas do lote eram S19°38'4.37" W47°36'40.0".

No quintal do imóvel sede do lote estava guarnecido um trator Massey Ferguson, vermelho, modelo 4275, chassi RR60171B560957D, propriedade da Prefeitura de Uberaba.

O operador do trator era o Sr. Valdeir Rodrigues da Silva, que se encontrava no local e ligou o horímetro do trator, o qual registrava a marca de "00548,0h". O horímetro era do tipo eletrônico, o qual não pode ser alterado ou desativado manualmente.

Apesar de ter sido possível ligar o horímetro para checagem do valor registrado pelo equipamento, o motor de arranque do veículo estava danificado desde o dia anterior (14/06/22), o que impossibilitava o funcionamento do motor e respectivo uso do trator.

A seguir, cinco fotos ilustram o local e o veículo vistoriados:

LOCAL 4 – Centro de Distribuição da Prefeitura, Distrito Industrial I, Uberaba-MG

A vistoria iniciou-se no local às 16:00.

O local tratava-se do Centro de Distribuição da Prefeitura de Uberaba situado na Avenida Francisco Podboy, 400, Distrito Industrial I, Uberaba-MG.

O pátio da prefeitura guarnecia 12 tratores, marca New Holland, cor azul, e 1 trator, marca LS, número de série 2494022790, constituindo um total de 13 tratores, todos de propriedade da Prefeitura de Uberaba.

O responsável pelos tratores era o Sr. Franklin Rodrigo Ferreira, que informou que os 13 tratores estavam parados sem uso devido à necessidade de reparos de naturezas diversas, em que 12 apresentavam horímetro analógico (tratores da marca New Holland) e 1 apresentava horímetro eletrônico (trator da marca LS).

Os horímetros eletrônicos não são passíveis de serem alterados manualmente, enquanto os horímetros manuais podem ser desligados pela desativação do relê do PA do trator. A desativação desse componente desliga o painel do veículo, porém ainda permite que o veículo funcione.

Portanto, ressalta-se que os horímetros analógicos eram passíveis de serem desligados manualmente, deixando assim de ser mensurado o uso do trator caso fosse feito o desligamento do relê do PA do veículo.

A seguir, sete fotos ilustram o local e o veículo vistoriados:

Com todo o respeito, considerando o estrondoso “sucateamento” dos maquinários constatado naquela diligência, resta evidente que, de positivo, o desprezo às normas que regulam as receitas e os gastos públicos em nada favoreceu à preservação do patrimônio público municipal. Tampouco houve a preservação do interesse público.

Agravando tudo isso, a partir do levantamento da quantidade de óleo diesel disponibilizada pela Prefeitura de Uberaba para o abastecimento dos tratores com a finalidade de uso nas propriedades rurais (não foi considerado o volume total disponibilizado, que abarca outros serviços como o de manutenção de vias públicas e, muito menos, os relatos de abastecimentos promovidos pelos próprios produtores rurais), como já exposto no tópico 1 desta peça, foi possível estimar o valor do montante arrecado e que deveria ter sido depositado em favor do FUNDOMAQUI.

O valor estimado com a arrecadação supera os **700 mil reais**, ao mesmo tempo em que, apesar de todo o esforço empreendido por este órgão de execução em identificar como a contrapartida pecuniária prestada pelo produtores rurais poderia ter sido revertida em favor do erário, ainda assim depara-se com uma lacuna de quase **300 mil reais, em valores históricos**. Destaca-se que, houve o cuidado, inclusive, de se abater 15% a título de gastos com o deslocamento dos tratores até as propriedades rurais.

Enfim, já não bastasse o descumprimento da legislação, além dos tratores e implementos agrícolas (como arados) “sucateados”, não é possível identificar a destinação de boa parcela dos recursos estimados (considerando o montante de combustível gasto e pago pelo município para essa finalidade) como valores pagos pelos produtores rurais, em contrapartida ao serviço prestado.

V – Individualização das condutas ímprobas dos requeridos e da improbidade administrativa

O requerido Luiz Carlos Saad declarou à Promotoria de Justiça que, ao assumir o cargo de secretário de agronegócios, colocou todo o maquinário do departamento de máquinas de manutenção de estradas e do departamento de máquinas agrícolas no Horto Municipal, de modo a facilitar a gestão e a manutenção das máquinas, bem assim o controle do uso deles. Informou, ainda, que, a servidora Daniela e o diretor do departamento agrícola, o também requerido Sebastião, uma vez por semana, percorriam dos distritos rurais para elaboração de ordens de serviços futuras e também para receber os valores referentes às horas de trabalho já executadas.

Veja que o então secretário municipal confirma que tinha ciência de que os valores eram recebidos diretamente pela servidora Daniela, acompanhada pelo réu Sebastião. Era do conhecimento do réu Luiz Carlos que, em algumas ocasiões, o próprio produtor rural se responsabilizava e/ou custeava o reparo do maquinário, descontando, posteriormente, no valor devido pelo serviço executado pelo município.

O requerido Luiz Carlos, enquanto secretário municipal de agronegócios, nos termos da Lei 11.590/2013, era o responsável pela gestão do fundo. No período em discussão nos autos não houve a apresentação dos devidos balancetes ou outros demonstrativos contábeis hábeis a demonstrar a efetiva gestão do Fundomaqui, conforme determina o artigo 5º, da lei municipal citada.

Ao revés, de janeiro a dezembro de 2019 houve o depósito na conta daquele fundo público municipal apenas a irrisória quantia de R\$350,00. E, no ano de 2020, nenhum valor foi depositado na conta do Fundomaqui. Toda a movimentação financeira ficou a cargo dos réus, de forma extraoficial, passando ao largo dos meios legais de controle administrativo.

O requerido Sebastião, servidor municipal, ao tempo dos fatos, conforme demonstrado, exercia o cargo de diretor do departamento agrícola e era o responsável direto pela condução dos serviços com o maquinário agrícola, participando diretamente das decisões quanto aos serviços prestados pelo maquinário agrícola do município aos produtores rurais.

O requerido Edvaldo, também servidor municipal, ao tempo dos fatos era lotado no setor de manutenção do maquinário, subordinado ao réu Sebastião, sendo sua atribuição a execução dos serviços para manutenção do maquinário. Mesmo ciente da irregularidade, ele negociava com os produtores rurais os valores correspondentes às peças necessárias para a manutenção dos tratores. Como servidor municipal, não é crível a alegação de desconhecimento quanto aos trâmites legais à execução do próprio serviço.

Diante dos fatos narrados, constata-se que a conduta dos requeridos amolda-se ao previsto como ato de improbidade administrativa vez que, no período em destaque (janeiro/2019 a dezembro/2020) e do total de serviço executado mensurado (considerando o combustível gasto no período e custeado pelo município), já não bastasse a irregularidade na contabilização dos valores estimados como arrecadados junto a produtores rurais, em contrapartida aos serviços executados em suas propriedades com tratores da Prefeitura de Uberaba (superior a 700 mil reais), desconhece-se o destino real de R\$334.641,50 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), valores históricos que deveriam ter sido destinados à conta do Fundomaqui, conforme legislação municipal.

Conclui-se, desta forma, que, a conduta perpetrada pelos réus enquadra-se no previsto nos incisos II, VIII, IX, X e XI, todos do artigo 10, da Lei 8.429/92, com a redação dada pela Lei 14.230/21², sendo indiscutível que, dolosamente, permitiram e/ou concorreram

² Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

...

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

...

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;

....

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

para que pessoas físicas (produtores rurais) utilizassem de bens (maquinário agrícola) do acervo patrimonial do município de Uberaba, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, além da dispensa indevida de licitação (aquisição direta de peças mecânicas e serviços de manutenção de tratores e implementos agrícolas), realizando despesas não autorizadas em lei ou regulamento, agindo ilicitamente quanto à conservação do patrimônio público e liberando verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes e/ou influindo de qualquer forma para a aplicação irregular dos valores que deveriam ter sido recolhidos ao Fundomaqui.

VI – Indisponibilidade dos bens

Nada obstante as alterações promovidas na LIA pela Lei 14.230/21, visando a efetividade de futuro provimento jurisdicional, o Ministério Público, enquanto responsável constitucional pela defesa do interesse público e entendendo presentes os requisitos autorizadores, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pugna pela decretação da indisponibilidade de bens dos requeridos, sob os fundamentos jurídicos abaixo destacados.

Em princípio, cumpre anotar que, o antigo regime da indisponibilidade patrimonial foi substancialmente modificado para afastar *ex lege* o entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça ao longo das últimas três décadas. Veja que, até então, adotava-se o entendimento consolidado no **Tema Repetitivo 701**, julgado em 2014, de que:

“É possível a decretação da ‘indisponibilidade de bens do promovido em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, quando ausente (ou não demonstrada) a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento futuro.”

No que tange à extensão da indisponibilidade patrimonial, o STJ, em sede de julgamento de recurso repetitivo do **Tema 1055**, havia firmado a seguinte tese:

“É possível a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada na ação de improbidade administrativa, inclusive naquelas demandas ajuizadas com esteio na alegada prática de conduta prevista no art. 11 da Lei 8.429/1992, tipificador da ofensa aos princípios nucleares administrativos.”

A Lei 14.230/21 deu nova redação ao artigo 16 da LIA e as principais limitações à indisponibilidade patrimonial introduzidas foram: i) necessidade de demonstração do perigo de dano irreparável ou do risco ao resultado útil do processo, além da probabilidade do êxito da demanda, com fundamentos nos elementos de provas apresentados; ii) limitação aos valores necessários ao ressarcimento do dano ao erário ou de perdimento decorrente de atividade ilícita, com exclusão da multa civil; e iii) fixação de ordem preferencial de bens que não recaia sobre contas bancárias.

Tem-se, pois, que a Lei nº 14.230/21, ao menos numa interpretação literal, desconsiderou o entendimento do STJ – **Tema 701** – no sentido de que a:

“indisponibilidade cautelar dos bens prevista no art. 7º da LIA não está condicionada à comprovação de que os réus os estejam dilapidando, ou com intenção de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de *fumus boni iuris*, consistente em fundados indícios da prática de improbidade” (STJ, 2.ª T., REsp 1202024, Rel. Min. Herman Benjamin, 26.04.2011).

Com a atual sistemática, implementada pela Lei nº 14.230/21, o legislador desconsiderou a solidificada construção jurisprudencial, retrocedendo na proteção ao direito fundamental à probidade administrativa ao exigir a demonstração do *periculum in mora* para o deferimento do pedido de indisponibilidade de bens, consoante regra, geral, estabelecida pelo artigo 300 do CPC.

Mesmo diante desse fatídico e novo cenário, analisando o presente caso, verificam-se presentes os requisitos autorizativos para a decretação da indisponibilidade dos bens dos requeridos, até o limite do prejuízo apontado e suportado pelo erário, visto que presentes elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Como *fumus boni iuris* ou a *probabilidade do direito* deve-se entender a análise de cognição sumária quanto aos fatos e provas apresentados, porém, não exauriente. Para a proteção cautelar de urgência tem-se por suficiente a presença da plausibilidade do direito.

Ao presente caso, diante das provas apresentadas com a peça exordial, está sobejamente demonstrada a probabilidade de êxito da demanda, com o provável decreto condenatório em desfavor dos requeridos quanto ao ressarcimento ao erário do Município de Uberaba, sendo certo que as ilegalidades apontadas ratificam-se pelas provas documentais irrefutáveis, constantes dos autos.

O *periculum in mora* ou *risco ao resultado útil do processo*, refere-se ao risco de uma decisão tardia, relacionando-se a uma demora potencialmente lesiva. Assim, o requerimento de indisponibilidade de bens, ora aviado, visa garantir provável ressarcimento ao erário.

In casu, importante destacar que, tratando-se de tutela de urgência, há uma cognição variável entre os elementos autorizativos do deferimento da medida, que transitam entre a probabilidade do direito e o risco do resultado útil do processo, ou seja, não se exige intensidade equânime ou equivalente entre os requisitos autorizativos. Ora a intensidade do perigo da demora desponta, ora a probabilidade do direito prevalece, o que a doutrina denomina de “Teoria da Gangorra”.

Ou seja, quanto maior a probabilidade do direito (como no presente caso), menor a necessidade de demonstração do perigo da demora, ou vice-versa. É claro que ambos os requisitos devem estar presentes. Porém, há variação do grau, a depender das particularidades de caso concreto. Faz-se, portanto, o jogo da proporcionalidade, do juízo do

mal maior, tendo como fator de maior peso fazendo pender a gangorra, para um lado ou para o outro³.

No presente caso, há fortes indícios de os réus serem responsabilizados pelos atos ilícitos praticados, fazendo com que a balança penda para esse requisito, que se desponta, indiscutivelmente.

O *periculum in mora*, no presente caso, evidencia-se, até mesmo para dar concretude à determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual “*os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível*”.

Noutro sentir, importante destacar que a indisponibilidade requerida não retira os bens da esfera da propriedade dos requeridos, apenas os separa, em quantidade suficiente ao futuro cumprimento de sentença condenatória em relação ao ressarcimento.

Repisa-se, **o requisito do *fumus boni iuris* encontra-se amplamente demonstrado nas provas documentais e orais** que acompanham a petição inicial, notadamente quanto à conduta dolosa dos requeridos que, conscientemente e intencionalmente deixaram de cuidar para que os valores cobrados dos produtos rurais, em contrapartida ao uso de tratores da Prefeitura de Uberaba, fossem recolhidos regularmente aos cofres públicos municipais, optando pelo estabelecimento de um “caixa paralelo” e absurdamente informal, ao ponto, inclusive, de custearem compras públicas com tais valores, também deixando de respeitar as mais mezinhas normas de finanças públicas.

Por mais inusitada que possa parecer, o quadro abaixo demonstra os volume de recursos públicos envolvidos:

³ Leonardo Ferres da Silva Ribeiro, Tutela provisória (evolução e teoria geral), disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/166/edicao-1/tutela-provisoria-%28evolucao-e-teoria-geral%29> — consulta realizada em 20/07/22.

VALOR APURADO CONFORME RELATÓRIO

Período	Valor projetado do serviço a ser executado por hora (A)	Valores de 'Saída' do Fluxo de Caixa (Planilha levantamento "Fluxo de Caixa", demonstrada pela CPSI, acostada aos autos. (B)	Notas com prestação de serviço aprendidas em 'poder' de Sebastião Lourenço de Martins e Franklin Rodrigo Ferreira (C)	Depósitos efetuados na conta: Banco do Brasil /CEF (D)	Diferença Apurada (A-B-C-D)
Janeiro a dezembro de 2019	R\$ 351.538,73	R\$ 194.547,54	0	R\$ 350,00	R\$ 156.641,19
Janeiro a dezembro de 2020	R\$ 352.806,33	R\$ 174.806,02	0	0	R\$ 178.000,31
Soma Total	R\$ 704.345,06	R\$ 369.353,56		R\$ 350,00	R\$ 334.641,50

ATM e Juros

Período	Diferença Apurada	Percentual de 15% a ser deduzido	Valor apurado	Valor atualizado (17/05/2023)	Valor atualizado + juros (17/05/2023)
Janeiro a dezembro de 2019	R\$ 156.641,19	R\$ 23.496,18	R\$ 133.145,01	R\$ 169.852,05	R\$ 238.779,11
Janeiro a dezembro de 2020	R\$ 178.000,31	R\$ 26.700,05	R\$ 151.300,26	R\$ 183.475,71	R\$ 235.914,26
Soma Total	R\$ 334.641,50	R\$ 50.196,23	R\$ 284.445,27	R\$ 353.327,76	R\$ 474.693,37

De uma estimativa de arrecadação superior ao montante histórico de setecentos mil reais, apesar de todos os esforços empreendidos pelo Ministério Público em buscar a comprovação da real destinação dada, veja-se que não se logrou sucesso na elucidação do destino dado a quase trezentos mil reais (valores históricos).

A tutela do patrimônio público e da probidade administrativa, assim como o mandado de segurança, possuem assento constitucional, razão pela qual não se permite impor limites processuais que representem óbices ao poder geral de cautela do juiz na efetivação de tal tutela.

Dessa forma, a despeito da recente reforma promovida na Lei de Improbidade Administrativa, a qual, como reconhecido alhures, acabou por afastar o entendimento construído pelas Cortes Superiores de presunção do *periculum in mora* nos casos em que a robustez probatória demonstra com muita clareza as condutas ilícitas perpetradas pelos agentes acusados, é dever dos operadores do direito, em especial ao Poder Judiciário, conferir, aos parágrafos do art. 16 da nova LIA, interpretação conforme a Constituição Federal, que comanda, no mencionado §4º do art. 37, a efetiva persecução à improbidade administrativa e sobretudo à reparação dos danos por eles causados ao patrimônio público.

E nem se diga que disso decorre a mera presunção do risco ao resultado útil do processo. Esse risco, em face à gravidade das condutas imputadas aos requeridos e aos notórios danos causados ao erário, é evidente, mormente a simples citação dos réus para integrar o polo passivo da presente demanda, sem o prévio deferimento da tutela de urgência aqui requerida, poderá comprometer a futura reparação dos danos constatados em eventual sentença condenatória que, como já exaustivamente demonstrado, é extremamente provável de ser exarada, haja vista a clareza com que restaram demonstrados os ilícitos cometidos pelos acusados, ainda que em análise perfunctória dos autos.

Inconteste que os requeridos, diante do risco de perda patrimonial, mormente a partir de uma ação judicial, buscarão proteger seus bens. Cuida-se de observação do cotidiano das pessoas, ou seja, de evidente regra de experiência a ser utilizada pelo Juízo, conforme artigo 375 do CPC.

Sob tais premissas, presente os requisitos do *fumus boni iuris e do periculum in mora* pugna o Ministério Público pela decretação da indisponibilidade de bens dos requeridos, até o limite de **R\$ 474.693,37** (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), **valor do prejuízo suportado pelo Município de Uberaba, devidamente atualizado e acrescido de juros legais até 17/05/2023**, visando à garantia, **ao menos**, do integral ressarcimento do dano ao erário.

Para a concretização da medida, requer-se a Vossa Excelência a decretação da indisponibilidade cautelar:

- dos valores depositados em instituições financeiras, até o limite de R\$ 474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), vinculados aos CPFs dos requeridos Luiz Carlos Fernandes Saad (CPF nº 517.451.946-49), Sebastião Lourenço Martins (CPF nº 516.142.946-15) e Edvaldo Evangelista Ribeiro (CPF nº 260.033.846-20), por meio do sistema SISBAJUD, com a funcionalidade de reiteração automática de busca por ativos, de forma contínua, pelo prazo máximo permitido pelo sistema – apelidada de “teimosinha”;

- em relação aos bens imóveis, o lançamento do impedimento de alienação por intermédio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB (<http://www.indisponibilidade.org.br>) vinculado aos CPFs dos requeridos Luiz Carlos Fernandes Saad (CPF nº 517.451.946-49), Sebastião Lourenço Martins (CPF nº 516.142.946-15) e Edvaldo Evangelista Ribeiro (CPF nº 260.033.846-20);

- em relação aos veículos, o lançamento de impedimento judicial de alienação por intermédio do sistema RENAJUD, também vinculado aos CPFs dos requeridos Luiz Carlos Fernandes Saad (CPF nº 517.451.946-49), Sebastião Lourenço Martins (CPF nº 516.142.946-15) e Edvaldo Evangelista Ribeiro (CPF nº 260.033.846-20).

VII – Pedidos

Por todo o exposto, ante os fatos e fundamentos jurídicos articulados anteriormente, e com base nos dispositivos citados, requer o Ministério Público de Minas Gerais:

a) seja deferido liminarmente, *inaldita altera pars* (imprescindível para o êxito da medida, diante da possibilidade de que os réus transfiram bens e, especialmente, valores em depósitos bancários), o pedido formulado no **item VI** desta inicial, para o bloqueio imediato dos bens

dos requeridos **Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro**, para a garantia da satisfação do interesse público aqui tutelado, até o limite do prejuízo suportado pelo Município de Uberaba, no importe atualizado e acrescido dos juros legais - **até 17/05/2023** - de **R\$ 474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos)**, a fim de possibilitar futura execução em caso de êxito na presente demanda e, para tanto, sejam utilizados os sistemas informatizados SISBAJUD, RENAJUD e Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

a.1) a decretação, provisória, do segredo de justiça aos autos, enquanto não avaliada e, se deferida, devidamente implementada, do pedido de bloqueio de valores, em contas bancárias dos requeridos, via Bacenjud;

b) seja determinada a **CITAÇÃO** dos requeridos **Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro** para que contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/1992;

c) a intimação do Município de Uberaba/MG, para os fins do art. 17, §14, da Lei 8.429/92;

d) a produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente o depoimento pessoal dos demandados, a juntada de documentos e a oitiva de testemunhas, cujo rol será oportunamente oferecido;

e) ao final, sejam julgados procedentes os pedidos para:

e.1) Condenar os requeridos **Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro** ao ressarcimento integral do dano causado ao patrimônio público municipal de Uberaba, como exhaustivamente narrado na inicial, no importe total

histórico de **R\$284.445,27**, que deverá ser devidamente corrigido e acrescido dos juros legais, os quais deverão incidir da data em que se efetivaram os dispêndios;

e.2) Condenar os requeridos Luiz Carlos Fernandes Saad, Sebastião Lourenço Martins e Edvaldo Evangelista Ribeiro às sanções previstas no artigo 12, inciso II, da LIA (no que couber).

e.3) Condenar os requeridos ao pagamento de custas e de todas as despesas processuais.

VIII – Valor da Causa

Atribui-se à causa o valor de R\$ 474.693,37 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos).

IX – Juntada eletrônica do ICP e PIC

Considerando a limitação técnica do SRU-e, informa-se que não foi possível fazer o *upload* de todo o inquérito civil e procedimento investigatório criminal imediatamente com a distribuição da peça exordial, sendo encaminhado na sequência, o restante dos autos do Inquérito Civil nº MPe nº 04.16.0701.0022010/2023-56 e do Procedimento Investigatório Criminal nº 0701.21.000235-1.

X– Audiência de Conciliação

Não há automática rejeição do Ministério Público quanto à possibilidade de conciliação, daí que haverá o comparecimento deste órgão de execução na hipótese de designação de audiência de conciliação.

Uberaba, 14 de julho de 2.023.

José Carlos Fernandes Junior
15º Promotor de Justiça